



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0008301-62.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Transporte Aéreo**
Requerente: **CLEBER LIMA PEREIRA**
Requerido: **Smiles S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido uma passagem aérea de ida de São Paulo para Madri junto a programa de milhagem da ré.

Alegou ainda que pagou a importância de R\$ 154,01 para taxa de embarque, mas depois tomou ciência de que essa taxa no aeroporto de Guarulhos era de R\$ 85,99.

Almeja à restituição em dobro do que despendeu indevidamente.

A preliminar arguida pela ré em contestação não merece acolhimento.

Com efeito, os documentos que instruíram o relato exordial deixam claro que a relação jurídica trazida à colação se estabeleceu entre o autor e a ré, sem a participação de terceiro.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Isso basta para conferir a ela a possibilidade de figurar no polo passivo da demanda, sem prejuízo de oportunamente buscar regressivamente contra quem repute de direito a devolução de montante eventualmente despendido neste feito.

Rejeito a prejudicial suscitada, pois.

No mérito, a ré não refutou o que foi pago pelo autor para a taxa de embarque de voo contratado com a mesma, o que de resto está demonstrado a fl. 05 (R\$ 154,01).

Já o documento de fl. 10 deixa claro que no aeroporto de Guarulhos o valor máximo dessa taxa em voos internacionais é de R\$ 85,99, não tendo a ré contraposto elementos concretos que apontassem para outra direção.

Tal discrepância não foi explicada e muito menos justificada pela ré.

Nenhum dado seguro foi coligido para esclarecer por qual razão o autor teve de arcar com importância maior do que aquela prevista pela própria INFRAERO.

Não se pode olvidar que a taxa de embarque serve para a remuneração dos serviços prestados em aeroportos e a utilização de instalações existentes nos terminais de passageiros com vistas ao embarque, desembarque, orientação, conforto e segurança dos usuários.

Seus valores são disciplinados nos respectivos tetos por resolução da ANAC e nada respalda que o patamar fixado a fl. 10 tivesse sido ultrapassado pelo que foi cobrado do autor.

Ele bem por isso faz jus à devolução do que pagou a mais, mas essa devolução não se fará em dobro porque o Colendo Superior Tribunal de Justiça assentou que *“a repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, não prescinde da demonstração da má-fé do credor”* (Reclamação nº 4892-PR, rel. Min. **RAUL ARAÚJO**, j. 27.4.2011).

Na espécie vertente, não vislumbro cogitar de má-fé da ré, conquanto sua conduta tenha sido abusiva, de sorte que não terá aplicação a aludida regra.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 68,02, acrescida de correção monetária, a partir de setembro de 2015 (época do pagamento de fl. 05), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 27 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**